

DECRETO N° 239/2022. DE 28 DE JULHO DE 2022.

PRORROGADO PRAZO DE INCENTIVOS À INDÚSTRIA EMPRESA ARCA PLAST COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA - ME. INSCRITA NO CNPJ SOB № 07.527.737/0002-97, NA FORMA QUE INDICA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE HORIZONTE, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 83, VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.279, de 15 de março de 2019, que concede incentivos dos tributos municipais por tempo determinado;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela empresa ARCA PLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA - ME, para solicitar a prorrogação dos benefícios concedidos no Decreto Municipal nº 036/2021, com consequente prorrogação do prazo de isenção por mais 01 (um) ano, contados a partir do ano de 2022;

CONSIDERANDO que a empresa continua mantendo seu parque fabril ativo no município, com a geração de empregos e os diversos programas que contribui com as melhorias para a cidade de Horizonte/CE;

DECRETA:

- Art. 1º Fica prorrogado a empresa ARCA PLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA - ME, portadora do CNPJ/MF n° 07.527.737/0002-97, estabelecida na Av. Omar Coelho, n° 108, em Horizonte – CE, os seguintes incentivos:
- I 100% do pagamento do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana IPTU, incidente sobre o imóvel de sua unidade:
 - II 50% sobre licença para localização e funcionamento da sua unidade;
- Art. 2º No período de duração dos benefícios fiscais concedidos, os beneficiários deverão manter todas as condições constantes, na Lei Municipal nº 1.279, de 15 de março de 2019.
- Art. 3º Os benefícios previstos neste decreto não serão suspensos ou suprimidos em decorrência de autuações, lançamentos, procedimentos fiscalizatórios iniciados pelo Município, bem como todo e qualquer recurso, impugnação, defesa, medida judicial ou qualquer outro meio em que a empresa ARCA PLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA - ME discuta créditos tributários, enquanto não houver decisão final irrecorrível contrária à empresa.
- Art. 4° O disposto neste decreto não exclui a atribuição legal da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias.









Art. 5º Os benefícios previstos neste Decreto são aplicáveis até o dia 31 de dezembro de 2022.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA DE HORIZONTE, 28 DE JULHO DE 2022.

Manoel Gomes de Farias N